

## **Avaliação Externa das Escolas** **Relatório de escola**

**Escola Profissional Agrícola  
Conde S. Bento  
SANTO TIRSO**

**Delegação Regional do Norte da IGE**

**Datas da visita: 11 e 12 de Fevereiro de 2009**

## I - INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a auto-avaliação e para a avaliação externa. Por sua vez, o programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu o lançamento de um «programa nacional de avaliação das escolas básicas e secundárias que considere as dimensões fundamentais do seu trabalho».

Após a realização de uma fase piloto, da responsabilidade de um Grupo de Trabalho (Despacho conjunto n.º 370/2006, de 3 de Maio), a Senhora Ministra da Educação incumbiu a Inspeção-Geral da Educação (IGE) de acolher e dar continuidade ao processo de avaliação externa das escolas. Neste sentido, apoiando-se no modelo construído e na experiência adquirida durante a fase-piloto, a IGE está a desenvolver esta actividade, entretanto consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa **Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento** realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efectuada entre **11 e 12 de Fevereiro de 2009**.

Os capítulos do relatório — Caracterização da Escola, Conclusões da Avaliação por Domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais — decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, da sua apresentação e da realização de entrevistas em painel.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa de avaliação externa congratula-se com a atitude de colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

O texto integral deste relatório, bem como um eventual contraditório apresentado pela Escola, encontra-se no sítio da IGE em: [www.ige.min-edu.pt](http://www.ige.min-edu.pt)

## Escala de avaliação

### Níveis de classificação dos cinco domínios

**MUITO BOM** – Predominam os pontos fortes, evidenciando uma regulação sistemática, com base em procedimentos explícitos, generalizados e eficazes. Apesar de alguns aspectos menos conseguidos, a organização mobiliza-se para o aperfeiçoamento contínuo e a sua acção tem proporcionado um impacto muito forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**BOM** – A escola revela bastantes pontos fortes decorrentes de uma acção intencional e frequente, com base em procedimentos explícitos e eficazes. As actuações positivas são a norma, mas decorrem muitas vezes do empenho e da iniciativa individuais. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto forte na melhoria dos resultados dos alunos.

**SUFICIENTE** – Os pontos fortes e os pontos fracos equilibram-se, revelando uma acção com alguns aspectos positivos, mas pouco explícita e sistemática. As acções de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola. No entanto, essas acções têm um impacto positivo na melhoria dos resultados dos alunos.

**INSUFICIENTE** – Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes. A escola não demonstra uma prática coerente e não desenvolve suficientes acções positivas e coesas. A capacidade interna de melhoria é reduzida, podendo existir alguns aspectos positivos, mas pouco relevantes para o desempenho global. As acções desenvolvidas têm proporcionado um impacto limitado na melhoria dos resultados dos alunos.

## II - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Profissional Agrícola Conde de S. Bento está instalada nas quintas do antigo Mosteiro de S. Bento, em Santo Tirso. Criada pela Portaria n.º 311/95, de 13 de Abril, é constituída por 2 quintas: Quinta de Fora, ocupada com vinha contínua e tradicional em ramada, por campos de forragem e os edifícios existentes (eira, celeiro, hangar de máquinas e casas de habitação); Quinta de Dentro onde se situam o edifício central, pavilhões pré-fabricados, instalações de apoio, oficinas tecnológicas, a restante exploração agro-pecuária com vinha, plantas aromáticas e medicinais, horticultura e fruticultura e a mata. A área total é de 23,95 ha. A Escola possui 19 salas de aula, laboratórios de Biologia, Enologia e Química, 8 oficinas, 2 salas de Informática, auditório, biblioteca que integra a Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, cozinha, refeitório, bufete, salão nobre, capela, casa das vendas, diferentes gabinetes específicos, internato (masculino) e residência (mista). Para a produção agro-pecuária, possui vacaria e sala de ordenha, várias instalações de apoio, parque de máquinas e alfaias agrícolas e gabinete técnico de exploração agrária.

A Escola, frequentada por 244 alunos distribuídos por 16 turmas, apresenta uma oferta educativa/formativa diversificada integrando cursos de educação e formação de jovens, cursos profissionais e cursos de educação e formação de adultos. No ensino básico, a população escolar é constituída por 42 alunos distribuídos por 3 turmas dos cursos de educação e formação (Serviço de Mesa e Bufete, Tratamento de Animais em Cativoiro, Operador de Máquinas Agrícolas). O ensino secundário é frequentado por 172 alunos distribuídos por 11 turmas de cursos profissionais (Produção Agrária, Turismo Ambiental e Rural, Gestão de Ambiente, Processamento e Controlo da Qualidade Alimentar). Os cursos de educação e formação de adultos, iniciados em 2008/09, têm 30 elementos (Controlo de Qualidade Alimentar e Logística). Em resultado de um protocolo, 19 alunos do Curso de Especialização Tecnológica de Cuidados Veterinários da Escola Superior Agrária de Bragança, frequentam as actividades lectivas nas instalações da Escola. Apenas 31% dos alunos são provenientes de Santo Tirso. Os restantes são oriundos de concelhos vizinhos (61%) e dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), designadamente de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe (8%).

No presente ano lectivo, 152 alunos beneficiam dos apoios do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), sendo 38.2% no escalão A, 44.7% no escalão B e 17.1% no escalão C. De uma maneira geral, os pais apresentam baixas qualificações escolares (45% têm o 1.º ciclo do ensino básico, 37% têm o 2.º ciclo ou o 3.º ciclo, 8% o ensino secundário, 3% o ensino superior e 7% sem ou com habilitações desconhecidas) que condicionam a profissão exercida. 55.6% dos pais têm profissões conhecidas e destes, predomina a categoria profissional de “operários, artífices e trabalhadores da indústria” (49.8%), seguida das de “serviços e comércio” (10.6%) e de “trabalhadores não qualificados” (10.3%). De acordo com os dados fornecidos pela Escola, 54% dos alunos não têm computador nem Internet em casa, 23% têm computador e internet e 23% têm computador mas não têm internet.

O quadro do pessoal docente é constituído por 48 professores, dos quais 31 pertencem ao quadro de nomeação definitiva, 5 ao quadro de zona pedagógica e 12 são contratados. Há, ainda, 8 formadores externos a leccionar nas áreas técnicas. O pessoal não docente integra 57 elementos e distribui-se pelas seguintes categorias profissionais/funções: assistente técnico, auxiliar agrícola, assistente operacional, auxiliar técnico, cozinheiro, guarda-nocturno, jardineiro, motorista, operário, porteiro, técnico de acompanhamento pedagógico, técnico profissional e tratador de animais. Destes elementos, 10 são provenientes dos programas ocupacionais do Instituto de Emprego e Formação Profissional e 8, não sendo elegíveis pelo POPH, são remunerados através do orçamento de despesas com compensação em receita da Escola. A baixa escolarização é uma característica do pessoal não docente (40% só possui o 1.º ciclo).

## III - CONCLUSÕES DA AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

### 1. RESULTADOS

SUFICIENTE

Nos últimos três anos lectivos, a Escola tem vindo a registar nos cursos de educação e formação elevadas taxas de conclusão. Nos cursos profissionais (estrutura modular), as taxas de conclusão, nos três últimos ciclos trienais que terminaram em 2006, 2007 e 2008, apresentaram, globalmente, valores inferiores a 53%. O

número médio de módulos em atraso por aluno finalista do 3.º ano tem vindo a decrescer nos três últimos ciclos trienais, o que significa que o desempenho dos alunos na conclusão dos módulos tem vindo a melhorar. As taxas de desistência nos cursos de educação e formação são residuais, enquanto que nos cursos profissionais têm vindo a aumentar sendo que, no último ciclo trienal, foi de 38%.

Nem sempre se evidencia a existência de trabalho orientado para envolver os alunos na elaboração dos documentos estruturantes nem para fazer, de forma regular e sistemática, a sua auscultação. Em 2008/09, não foi constituída a Associação de Estudantes. A maioria dos alunos tem um comportamento disciplinado e não tem havido registos de incidentes críticos. O bom ambiente e clima educativos são notórios, destacando-se as boas relações interpessoais e o respeito mútuo entre os vários actores da comunidade escolar. A Escola, reconhecida socialmente a nível local e regional, preocupa-se com o impacto das aprendizagens. As taxas de empregabilidade e o aumento das taxas de prosseguimento de estudos são indicadores da valorização que as famílias, os alunos e os restantes elementos da comunidade educativa atribuem ao resultado da educação/formação escolar. Os diversos actores da comunidade educativa revelam-se satisfeitos face à Escola.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

BOM

A articulação e sequencialidade curriculares são garantidas pelas estruturas de gestão pedagógica intermédia. A estrutura modular dos cursos profissionais não tem sido fácil de operacionalizar com sucesso. Com o objectivo de garantir a orientação dos alunos e das famílias, a Escola dispõe de um Gabinete de Apoio ao Aluno que, entre outras valências, permite a articulação com o mundo empresarial, quer para efeitos de organização da formação em contexto real de trabalho, quer para efeitos da oferta/procura do primeiro emprego.

Não são evidentes estratégias consistentes e sistemáticas de acompanhamento, monitorização e observação directa da actividade lectiva em sala de aula. Não obstante a diversidade de medidas de diferenciação e apoio educativo, estas têm-se revelado pouco eficazes na recuperação dos módulos em atraso dos cursos profissionais. Porém importa salientar o sucesso obtido (mais de 70%) no projecto de apoio, na conclusão dos cursos, aos alunos que não os terminaram, num ciclo de 3 anos, em 2007/08. A diversificação da oferta educativa, a abrangência do currículo e a valorização dos saberes e aprendizagens de que são expressão os prémios recebidos e a qualidade dos produtos colocados no mercado são uma marca positiva da Escola.

## 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

BOM

A concepção, o planeamento e desenvolvimento da actividade da Escola decorre segundo os princípios, prioridades e metas definidos nos documentos estruturantes. A oferta educativa tem vindo a diversificar-se, quer para dar resposta às expectativas dos alunos, quer para responder às necessidades sociais emergentes. A gestão trimestral e flexível dos horários permite responder aos condicionalismos impostos pelas condições meteorológicas ao trabalho agrícola, cuja calendarização é da responsabilidade do Gabinete Técnico.

A gestão dos recursos humanos realizada pelo Conselho Executivo é orientada pelo conhecimento que este tem do pessoal docente e não docente. Assim, a continuidade pedagógica e a formação inicial e contínua são os critérios que sustentam a distribuição do serviço lectivo. Apesar dos cuidados postos na integração do pessoal docente e não docente, não há evidências de monitorização da sua formação contínua.

A Escola tem feito um esforço significativo na melhoria/adaptação das instalações. O financiamento da Escola provém do Orçamento Geral do Estado, do Programa Operacional de Promoção Humana (POPH) e do orçamento de despesas com compensação em receita (9.3% do total do orçamento global), para o qual concorre a comercialização dos produtos agro-pecuários produzidos na Escola. Estas receitas têm contribuído para minorar os problemas decorrentes da existência de instalações/equipamentos (agro-pecuários) desadequados às actuais exigências tecnológicas com consequências na qualidade do serviço educativo prestado.

Os pais e os encarregados de educação participam nos órgãos da Escola onde têm assento, apesar da dispersão geográfica e da distância a que residem as famílias dos alunos. Os restantes sectores da comunidade educativa também são envolvidos na dinâmica da Escola, nomeadamente através de personalidades de relevo local e regional, alguns dos quais pertencentes à Associação dos Antigos Alunos e à Associação dos Amigos da Escola e das muitas e variadas parcerias constituídas na comunidade educativa. Na percepção dos diferentes actores, os responsáveis da Escola regem-se por princípios de equidade e justiça.

#### 4. LIDERANÇA

BOM

A Escola procura ser uma organização educativa de referência reconhecida pela qualidade da formação prestada nas áreas agro-alimentares e afins. A aposta nos cursos qualificantes nas referidas áreas e as parcerias com a Câmara Municipal de Santo Tirso (requalificação das margens do rio Ave no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional - e a instalação do novo Horto Municipal) são eixos estratégicos de afirmação e reconhecimento local e regional. Em termos de desenvolvimento futuro, a Escola debate-se, no entanto, com a incerteza da sua continuidade, enquanto instituição, um constrangimento devido à eventual reversão para a Santa Casa da Misericórdia do usufruto das propriedades em que está instalada. São notórios o empenho e a motivação de todos os actores da comunidade escolar que se consideram satisfeitos com o ambiente educativo. No entanto, não obstante se reconhecer a mobilização de docentes e não docentes para o desenvolvimento das tarefas, nota-se, por vezes, a falta de monitorização de indicadores de partida que permitam efectuar uma avaliação rigorosa dos resultados alcançados.

A Escola revela abertura e adesão à inovação (novas tecnologias da informação), vendo-se, contudo, obrigada a recorrer a explorações e a organismos externos para proporcionar aos alunos o contacto com equipamentos mais modernos no sector agrícola.

A diversidade das parcerias, protocolos e projectos em que a Escola tem investido denotam a grande abertura ao exterior. Os intercâmbios de projectos com escolas agrícolas de diferentes países europeus e a participação em concursos têm permitido partilhar e contactar com outras experiências educativas/formativas.

#### 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

BOM

A auto-avaliação é uma prática recorrente na Escola, o que tem permitido identificar os pontos fortes e fracos e mobilizar os diferentes sectores de forma a reforçar os aspectos positivos e a investir, de forma direccionada, nos que carecem de melhoria.

Muitas das características evidenciadas pela Escola, designadamente a capacidade para identificar pontos fortes e fracos, oportunidades e constrangimentos, permitem assegurar a sustentabilidade do seu progresso. Torna-se necessário, contudo, que o processo de auto-avaliação atente à necessidade da hierarquização e priorização das estratégias relativas às grandes áreas de intervenção e no estabelecimento de critérios de monitorização e avaliação.

### IV - AVALIAÇÃO POR FACTOR

#### 1. RESULTADOS

##### 1.1 SUCESSO ACADÉMICO

Os cursos de educação e formação, do tipo 3, nível II, evidenciam altas taxas de conclusão. De facto, nos três últimos anos lectivos (2005/06, 2006/07 e 2007/08), as taxas de conclusão nestes cursos situaram-se entre 91% e 100%. Assim, no curso de Tratamento de Animais em Cativeiro as taxas de conclusão (91%, 100% e 95%, respectivamente) foram suplantadas pelas taxas do curso de Operador de Máquinas Agrícolas (91%, 100% e 100%); o curso de Serviço de Mesa e Bar teve início em 2007/08 e registou 100% de sucesso; o curso de

Controlo de Qualidade Alimentar, do tipo 6, nível III, também apresentou 100% de sucesso nos anos de 2005/06 e 2007/08 apesar de apresentar, apenas, 67% na taxa de conclusão em 2006/07. Quanto aos cursos de educação e formação de adultos não há quaisquer resultados pelo facto de só terem sido implementados em 2008/09.

Nos cursos profissionais, de estrutura modular de três anos lectivos, as taxas de sucesso da Escola (zero módulos em atraso), nos ciclos de estudo trienais 2003/06, 2004/07 e 2005/08 situaram-se em 47%, 52% e 32%, respectivamente. O número médio de módulos em atraso, por aluno finalista do 3.º ano, nos anos lectivos 2005/06, 2006/07 e 2007/08 (18, 11 e 10, respectivamente), permite constatar uma diminuição do valor deste indicador, situação que revela uma melhoria na taxa de conclusão dos módulos. As disciplinas de Inglês e de Matemática são reconhecidas como aquelas onde os alunos, dos cursos profissionais, revelam maior insucesso. A Escola, apesar de pertencer à direcção da Associação Portuguesa de Escolas Profissionais Agrícolas (APEPA), não tem a prática de comparar os seus resultados com os resultados de outras escolas profissionais similares.

A taxa de abandono/desistência nos cursos de educação e formação é residual. Nos cursos profissionais, nos ciclos de estudo trienais 2003/06, 2004/07 e 2005/08 têm vindo a aumentar (19%, 24% e 38%, respectivamente).

---

## 1.2 PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CÍVICO

Os alunos participam, formalmente, no Conselho Pedagógico e no Conselho Geral Transitório. Porém, a Escola não tem envolvido, com regularidade, os alunos nos grupos de trabalho destinados à elaboração dos documentos orientadores estruturantes e, também, não implementa, com carácter sistemático, estratégias tendentes à sua auscultação. Em 2008/09 não houve lugar à eleição da Associação de Estudantes.

A participação da Escola em eventos da responsabilidade da autarquia (Feira das Tasquinhas, Feira do Folar e Dia da Poesia) ou em Feiras/Mostras de carácter técnico-pedagógico é, muitas vezes, protagonizada por grupos de alunos. A Escola participa activamente no torneio anual desportivo das escolas profissionais agrícolas e em diversos concursos em que tem conquistado prémios. No sentido de estimular o desenvolvimento cívico dos alunos, a Escola promove, duas vezes por ano, a recolha de sangue, cuja iniciativa é aberta a toda a comunidade educativa.

---

## 1.3 COMPORTAMENTO E DISCIPLINA

A educação para a cidadania é um dos pilares do Projecto Educativo. Este vector concorre para a existência de um bom clima e ambiente educativos que se traduzem no cumprimento das normas e regras de funcionamento. No primeiro dia de aulas, os novos alunos são recebidos pelos mais velhos que se responsabilizam por fazer a apresentação da Escola. De seguida, são formalmente recebidos pelo Conselho Executivo e pelos respectivos orientadores educativos e, ainda, pelos directores de curso que lhes dão a conhecer o Regulamento Interno e o Plano Curricular de Curso. Regras claras e explícitas, actuação pró-activa no relacionamento com os alunos através de uma atenção permanente e individualizada, no sentido de prevenir problemas, e recurso, sempre que necessário, aos encarregados de educação são as estratégias da Escola tendentes a prevenir problemas de comportamento e disciplina dos alunos. Esta atitude preventiva tem evitado a existência de situações problemáticas (não tem havido processos disciplinares) e tem permitido o despistar de casos pontuais de consumo de substâncias ilícitas.

---

## 1.4 VALORIZAÇÃO E IMPACTO DAS APRENDIZAGENS

As taxas de inserção no mercado de trabalho e de prosseguimento de estudos permitem constatar a valorização das aprendizagens adquiridas e das competências desenvolvidas – ambas com impacto significativo e positivo. A Escola tem estado atenta às necessidades da comunidade educativa e tem investido em cursos diversificados, com público-alvo diverso. Do total de alunos que, em 2007/08, concluíram os cursos de educação e formação, 83% prosseguiram estudos e 15% ingressaram na vida activa. Do total de alunos que concluíram os cursos profissionais em 2006, 2007 e 2008, 65%, 43% e 32%, respectivamente, ingressaram na vida activa e 20%, 37% e 32%, prosseguiram estudos.

A Escola é reconhecida socialmente, não só a nível regional como a nível nacional, e os alunos, as famílias, professores e demais elementos da comunidade educativa manifestam-se satisfeitos com a qualidade do serviço educativo prestado.

## 2. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

### 2.1 ARTICULAÇÃO E SEQUENCIALIDADE

A articulação e sequencialidade curricular são garantidas pelas estruturas de gestão pedagógica intermédia. Nesta matéria, assumem, também, particular relevo as direcções dos diferentes cursos dado que, na quase totalidade, são constituídos por turmas únicas. A implementação da estrutura modular, facilitadora de uma maior autonomia dos alunos na gestão dos seus percursos formativos, não tem sido fácil de operacionalizar com sucesso. A Escola tem investido no esclarecimento da especificidade e exigência da estrutura modular mas, mesmo assim, continua a deparar-se com situações de alunos com um elevado número de módulos em atraso. A elaboração trimestral e flexível dos horários potencia a articulação da estrutura modular que, num percurso escolar sem módulos em atraso, permite a conclusão do curso em três anos lectivos.

As famílias são convidadas a acompanhar e apoiar, de forma regular e sistemática, o percurso dos seus filhos/educandos. Ainda como forma de garantir a orientação dos alunos e famílias ao longo do percurso escolar, a Escola oferece os serviços de um Gabinete de Apoio ao Aluno que, para além de promover a articulação intra escolar ao nível das várias valências das actividades de formação (incluindo a formação em contexto real de trabalho e as provas de aptidão profissional), permite, também, alargar a articulação à comunidade envolvente, em particular, com o mundo empresarial na oferta/procura do primeiro emprego.

### 2.2 ACOMPANHAMENTO DA PRÁTICA LECTIVA EM SALA DE AULA

O acompanhamento da prática lectiva em sala de aula ocorre de forma indirecta nas reuniões de departamento e de curso. Com efeito, não tem havido, na Escola, uma prática sistemática de observação e supervisão da prática lectiva em contexto de sala de aula. Nos cursos de educação e formação realizam-se reuniões quinzenais, onde se faz o acompanhamento de desenvolvimento dos planos curriculares e se avalia o percurso dos diferentes alunos em estreita ligação com os pais e encarregados de educação. Relativamente aos cursos profissionais, não são notórias estratégias e procedimentos comuns aos diferentes docentes que se destinem à resolução de problemas persistentes identificados como, por exemplo, o elevado número de módulos em atraso. Não obstante a participação dos docentes em acções de formação sobre a estrutura modular aquando do arranque dos cursos profissionais, a ausência de outras iniciativas tendentes à consolidação da operacionalização desta estrutura tem dificultado o seu desenvolvimento em contexto de sala de aula.

Apesar da Escola identificar insucesso nas disciplinas de Matemática e Inglês, as diferentes estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica não têm promovido uma reflexão sistemática sobre as práticas de ensino decorrente da avaliação, que concorra para a redefinição de estratégias diferenciadas em função desses resultados.

### 2.3 DIFERENCIAÇÃO E APOIOS

A Escola evidencia cuidados na implementação de estratégias tendentes a garantir uma política de diferenciação e apoios. São disso exemplo: *i)* a libertação de parte da 4ª feira de tarde nos horários de professores e alunos, para recuperações de módulos e esclarecimento de dúvidas; *ii)* as aulas de recuperação marcadas nos horários de professores e alunos a algumas disciplinas; *iii)* a existência de um espaço, em Julho, após conclusão das actividades lectivas e antes das férias escolares, em que alguns professores acordam com os alunos a marcação de aulas de recuperação de módulos em atraso; *iv)* a organização oficial de duas épocas de recuperação (a de Setembro para todos os alunos e a de Fevereiro só para alunos que não concluíram o 3.º ano num dado ciclo); *v)* o acompanhamento pedagógico dos alunos do internato em três dias por semana, das 21h às 22h, por um professor, na sua componente não lectiva de estabelecimento. Apesar da multiplicidade destas medidas constata-se a sua reduzida eficácia pelo elevado número de módulos em atraso.

Sempre que as medidas de diferenciação e apoio exijam a intervenção de técnicos especializados, designadamente psicólogo, a Escola recorre à articulação com os serviços de psicologia da Câmara Municipal de Santo Tirso. Desde o início do ano 2007/08, a Escola, preocupada com o apoio aos alunos que, tendo completado o ciclo de três anos, mantêm módulos em atraso, elegeu-os como público-alvo prioritário no âmbito de um projecto específico. Este é monitorizado por uma equipa de professores que tem estabelecido estratégias de intervenção no sentido de realizar um apoio tutorial individual. No final de 2007/08, na sequência desta medida, 73% dos alunos do curso de Produção Agrária e 71% dos alunos do curso de Turismo Ambiental e Rural conseguiram concluir os seus cursos.

## 2.4 ABRANGÊNCIA DO CURRÍCULO E VALORIZAÇÃO DOS SABERES E DA APRENDIZAGEM

À diversidade de cursos de educação e formação e cursos profissionais, a Escola acrescentou, em 2008/09, cursos de educação e formação de adultos para salvaguardar a qualificação e certificação da população adulta local.

É notória a integração e valorização das componentes activas, culturais e sociais nas diferentes actividades do Plano Anual de Actividades. O carácter prático das aulas e o trabalho de pesquisa sistemático que caracterizam os módulos proporcionam maior motivação e empenho dos alunos no seu percurso formativo. A Escola divulga, regularmente, em Feiras/Mostras, Seminários e Conferências, o trabalho e produtos realizados pelos seus alunos. Internamente, a Escola valoriza o empenho com a atribuição de prémios de mérito escolar aos melhores alunos de 9.º, 10.º, 11.º e 12.º ano, no Dia da Escola, celebrado a 21 de Julho.

As crescentes taxas de prosseguimento de estudos pós-secundário e as taxas de empregabilidade são indicadores da valorização que os alunos e restantes elementos da comunidade educativa atribuem ao resultado da educação/formação escolar. A qualidade dos produtos colocados no mercado e os prémios de qualidade e distinção recebidos, onde se destaca o 1.º prémio atribuído à marca de vinho verde, “Conde de S. Bento”, produzido e engarrafado pela Escola, são expressão da valorização dos saberes e da aprendizagem.

## 3. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

### 3.1 CONCEPÇÃO, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE

A concepção, o planeamento da acção e o seu desenvolvimento são realizados em coerência com os princípios orientadores, prioridades e metas definidas no Projecto Educativo. Os alunos, pessoal não docente e pais e encarregados de educação não têm participado, de forma directa, na elaboração deste documento. O Plano Anual de Actividades define, de forma coerente, actividades que operacionalizam os propósitos do documento anteriormente mencionado.

A diversidade da oferta educativa/formativa tem vindo a adaptar-se às necessidades emergentes da comunidade educativa e aos desafios que se colocam à sociedade. A calendarização do desenvolvimento dos planos curriculares da Escola é realizada por trimestres e de forma flexível. A planificação trimestral, realizada em sede de Conselho de Directores de Curso com o apoio de um elemento do Conselho Executivo, permite um planeamento mais rigoroso do conjunto de actividades respeitando as necessidades específicas de cada curso. No entanto, a interligação deste planeamento com a calendarização das tarefas respeitantes ao ano agrícola - da responsabilidade do Gabinete Técnico - pode exigir alterações do referido planeamento face às condições climáticas e meteorológicas emergentes nesse período. Os horários da Escola são adaptados aos horários dos transportes e, às quartas-feiras de tarde, na maior parte das vezes, apenas é ocupado um bloco para o desenvolvimento da componente lectiva de forma a permitir reuniões e actividades de recuperações de módulos.

### 3.2 GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O Conselho Executivo procura responder às necessidades da Escola com base numa gestão assente na rendibilização das competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente. Na atribuição do serviço docente segue-se, fundamentalmente, o critério de continuidade pedagógica ao longo de cada ciclo de

formação. No entanto, para a disciplina de Área de Integração e para as disciplinas de componente técnica, os módulos são distribuídos aos professores de acordo com a sua formação de base e com a formação contínua recebida. Já no que respeita à gestão do pessoal não docente, o Conselho Executivo evidencia respeito pelas competências das chefias intermédias com base na responsabilização e autonomia dos diferentes sectores de actividade existentes na Escola. No início de cada ano lectivo, o Conselho Executivo promove uma reunião geral com o pessoal docente para delinear e programar o ano.

As reuniões de departamento e de direcção de curso facilitam a integração dos novos docentes no funcionamento da Escola e dos cursos. No que respeita ao pessoal não docente, o Conselho Executivo promove uma reunião geral, no início de cada ano lectivo, sensibilizando-o para a importância da integração, acompanhamento e auscultação dos problemas dos alunos e, ainda, para o esclarecimento das normas de funcionamento. A formação do pessoal não docente tem vindo a incidir, basicamente, em técnicas da produção agrícola, não havendo, contudo, evidências de outros tipos de formação quer para docentes quer para não docentes. Contudo, estes elementos da comunidade escolar revelam elevados níveis de satisfação face à Escola.

### 3.3 GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS

A Escola tem feito um esforço significativo para melhorar/adaptar alguns dos seus espaços. Contudo, ainda não foram dadas respostas a todas as áreas técnicas que necessitam de intervenção como é o caso da vacaria cujo espaço reclama substituição/modernização. Para além deste facto, as características de alguns dos equipamentos agrícolas condicionam a qualidade de uma formação consentânea com as exigências da evolução tecnológica no sector agrícola, pelo que a Escola recorre, regularmente, a empresas e organismos externos para colmatar estas necessidades. Ainda no âmbito das instalações, importa referir que a Escola não dispõe de pavilhão gimnodesportivo.

A Escola tem como fontes de financiamento o Orçamento Geral do Estado, o Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e o orçamento de despesas com compensação em receita. Em 2008, o peso do orçamento de despesas com compensação em receita face ao orçamento global da Escola foi de 9.3%. Pese embora as receitas próprias terem vindo a diminuir ao longo dos últimos três anos, estas têm sido fundamentais para assegurar as necessidades da Escola, designadamente, entre outras, na manutenção das instalações, na manutenção e remodelação dos espaços, na aquisição de equipamento específico (agrícola) e no apetrechamento das oficinas tecnológicas e laboratórios.

Para o orçamento de despesa com compensação em receita concorre uma produção agrícola bastante diversificada que abrange os sectores da fruticultura (1800kg de kiwis, 2000kg de maçãs, 500kg de dióspiros e, ainda, frutos silvestres), da horticultura (27925kg em espécies variadas de produção ao ar livre ou em estufas), da forragem, da silagem, da produção de vinhos (8500l de vinho verde branco e verde tinto) e da floricultura. Na área da produção animal importa destacar a produção de leite que ultrapassa, por ano, os 130 000 litros de leite. A grande parte desta produção é lançada nos circuitos comerciais através de uma empresa de comercialização e transformação deste produto. Contribui, ainda, para o orçamento de despesas com compensação em receita outros bens produzidos pela Escola e comercializados num espaço designado “casa das vendas”: vinho com marca própria “Conde de S. Bento”, licores, chás, compotas, queijos, manteiga, aguardente, bolachas, enchidos e pão.

### 3.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E OUTROS ELEMENTOS DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Os pais e encarregados de educação participam formalmente nos órgãos de administração e gestão da Escola. Para além desta participação, é notória a preocupação dos responsáveis escolares em atrair estes elementos da comunidade educativa, quer para participar em reuniões de acompanhamento dos seus educandos, quer para participar em eventos (Dia da Escola, Festa das Rosas). Na primeira reunião de início do ano lectivo são informados sobre o Regulamento Interno (que integra o regulamento do internato e da residência), sobre as estratégias educativas e sobre as iniciativas da Escola. Ao longo do ano são convocados pelos orientadores educativos/directores de turma para tomarem conhecimento dos resultados da avaliação e/ou para os mobilizar no apoio e acompanhamento educativo dos seus educandos. Muitas destas reuniões são convocadas para os sábados com o objectivo de aumentar os níveis de participação dos encarregados de

educação. Apesar dos esforços realizados pelo Conselho Executivo, não tem sido possível constituir Associação de Pais – a dispersão geográfica e a distância a que residem são constrangimentos para que tal se verifique.

É notória a participação dos restantes sectores da comunidade educativa na vida da Escola através de parcerias celebradas com instituições locais e regionais. Como marca distintiva de abertura da Escola à comunidade é de registar que, em 2008, recebeu 1315 pessoas de 23 instituições e de escolas de todos os níveis de ensino que tem vindo a permitir a divulgação da Escola e a sensibilização dos visitantes para a importância do trabalho realizado. A Associação dos Antigos Alunos e a Associação dos Amigos da Escola são meios privilegiados da Escola para fazer a ponte com a comunidade envolvente.

### 3.5 EQUIDADE E JUSTIÇA

Os documentos estruturantes da Escola explicitam um conjunto de princípios e valores que denotam a atenção dada à equidade e justiça. Na percepção dos diferentes actores da comunidade educativa, a actuação dos responsáveis pauta-se em função destes princípios. Os alunos oriundos de outros países de língua oficial portuguesa parecem estar bem integrados na comunidade escolar.

A inclusão sócio-escolar é promovida através da oferta educativa/formativa diversificada em cursos financiados pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e pela existência de parcerias com entidades externas promotoras de inclusão, designadamente, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) da Trofa, Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso (ASAS) e Lar de Idosos de Santa Cristina do Couto. A Escola facilita o pagamento do almoço aos alunos mais carenciados, permitindo que só seja efectivado depois de receberem os subsídios do POPH.

## 4. LIDERANÇA

### 4.1 VISÃO E ESTRATÉGIA

A Escola pretende ser uma organização educativa “de referência na formação nas áreas agro-alimentares e todas aquelas que permitam o desenvolvimento sustentável da região de forma a dar continuidade à longa tradição herdada”. A aposta nos cursos qualificantes nas áreas anteriormente enunciadas, que permitam o desenvolvimento sustentável da região, e as parcerias com a Câmara Municipal de Santo Tirso (requalificação das margens do rio Ave no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional e a instalação do novo Horto Municipal) são os projectos em que a Escola investe enquanto estratégia de afirmação e de referência local e nacional. Nesta linha de desenvolvimento estratégico, a oferta educativa/formativa da Escola ganha cada vez maior importância atendendo às raízes da própria Escola - “Escola Profissional de Agricultura”, às características do concelho em que a agricultura é uma prática antiga e aos desafios que a sociedade enfrenta relativamente ao Turismo em Espaço Rural, à Agricultura Biológica e à Sustentabilidade Ambiental.

A reversão para a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, prevista para 2025, do usufruto da propriedade em que a Escola está instalada, preocupa os diferentes actores da comunidade educativa uma vez que, a confirmar-se essa previsão, inviabilizará o desenvolvimento de um projecto formativo a que todos pretendem dar continuidade.

### 4.2 MOTIVAÇÃO E EMPENHO

É notória a importância das lideranças de topo e intermédias nos processos de motivação e empenho dos diferentes elementos da comunidade escolar. O Conselho Executivo, actuando com base no princípio da confiança, acompanha o funcionamento dos vários sectores no quotidiano escolar e empenha-se numa gestão eficaz, que, nas diversas áreas de actuação, envolva e responsabilize docentes, não docentes e alunos.

Embora se reconheça a mobilização dos diversos actores educativos para que as metas e objectivos sejam atingidos, nota-se, por vezes, a falta de monitorização de indicadores de partida para que, posteriormente, se possa fazer uma avaliação rigorosa da evolução realizada e dos resultados alcançados. O pessoal docente e não docente considera-se, globalmente, satisfeito com o ambiente educativo que caracteriza de “familiar”.

#### 4.3 ABERTURA À INOVAÇÃO

A Escola revela abertura e adesão à inovação, quer através do recurso às novas tecnologias de informação e comunicação (computadores, quadros interactivos, plataforma *Moodle*), quer nas práticas pedagógicas (mesmo que para tal tenha de deslocar os alunos a empresas e/ou entidades que disponham de recursos materiais de tecnologia mais moderna e, por isso, mais adequada).

Além destes aspectos, importa registar outros de grande significado, como o aprofundar das relações com países africanos de língua oficial portuguesa - evidenciado na visita à Escola de responsáveis governativos destes países - tendo em vista não apenas a continuidade da formação de alunos, mas também vir a contribuir futuramente na formação de professores oriundos destes países.

#### 4.4 PARCERIAS, PROTOCOLOS E PROJECTOS

Nos últimos anos, a Escola tem investido na sua abertura ao meio e tem realizado parcerias, protocolos e fomentado o desenvolvimento de projectos quer com instituições quer com empresas. A ligação com instituições e empresas tem permitido a realização da formação em contexto de trabalho, visitas de estudo, a participação em programas europeus de intercâmbio (formação de alunos/professores) e o estabelecimento de pontos de contacto entre os alunos e os potenciais empregadores.

No que respeita aos programas comunitários (Programa Sócrates - parceria com escolas de França, Escócia, Hungria e Holanda; Programa Sócrates Comenius e Leonardo da Vinci - parcerias com escolas da Bélgica; Programa Leonardo da Vinci - parceria com escolas da Holanda, Suécia, Áustria e Lituânia em projectos de hospitalidade em agro-turismo e Programa Leonardo - projecto Hércules - em parceria com as escolas de França, Suíça e Áustria num projecto de salvaguarda do património vitícola) destacam-se as parcerias específicas na área do agro-turismo com valorização do património vitícola como forma de intercâmbio de experiências, saberes e estágios com escolas estrangeiras.

Para além destas parcerias, a Escola tem vindo a participar regularmente no "Winechampionship" do qual foi a anfitriã em 2007/08, tendo reunido a participação de 26 escolas e 12 países.

### 5. CAPACIDADE DE AUTO-REGULAÇÃO E MELHORIA DA ESCOLA

#### 5.1 AUTO-AVALIAÇÃO

O processo de auto-avaliação da Escola tem vindo a realizar-se, de forma sistemática e consolidada, há seis anos, por uma equipa de três professoras da extinta Assembleia de Escola. Neste processo, os diversos sectores da comunidade educativa foram auscultados através de inquéritos construídos e devidamente adaptados. Os relatórios produzidos pela equipa e aprovados em Assembleia de Escola têm sido divulgados na comunidade educativa e têm permitido ajustar as dinâmicas educativas da Escola, reforçando os seus pontos fortes e tentando minorar e resolver os pontos fracos.

Não obstante, numa fase inicial, a comunidade escolar se sentir desconfortável pela explicitação dos aspectos que careciam de melhoria, passou, posteriormente, a aceitar e a reconhecer a importância do processo na melhoria do serviço educativo prestado. Assim, o processo de auto-avaliação tem permitido avaliar o grau de consecução das linhas de intervenção e ajustar as estratégias e operacionalização do rumo definido.

#### 5.2 SUSTENTABILIDADE DO PROGRESSO

O auto conhecimento da realidade da Escola, identificando os pontos fortes e fracos e reconhecendo constrangimentos e oportunidades; a crescente estabilidade do corpo docente; o grau de satisfação dos alunos e respectivos encarregados de educação; a qualidade do clima e ambiente educativo; a boa imagem social da Escola; as taxas de empregabilidade e o aumento das taxas de prosseguimento de estudos e o bom relacionamento com a comunidade local e empresarial são evidências que permitem assegurar a sustentabilidade do progresso. Importa, por isso, que o processo de auto-avaliação atente à necessidade da hierarquização e priorização das estratégias relativas às grandes áreas de intervenção e, dentro de cada área, o estabelecimento de critérios mais explícitos que permitam processos de monitorização e avaliação.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo apresenta-se uma selecção dos atributos da **Escola Profissional Agrícola Conde S. Bento** (pontos fortes e fracos) e das condições de desenvolvimento da sua actividade (oportunidades e constrangimentos). A equipa de avaliação externa entende que esta selecção identifica os aspectos estratégicos que caracterizam a Escola e define as áreas onde devem incidir os seus esforços de melhoria.

Entende-se aqui por ponto forte: atributo da organização que ajuda a alcançar os seus objectivos; por ponto fraco: atributo da organização que prejudica o cumprimento dos seus objectivos; por oportunidade: condição ou possibilidade externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objectivos; por constrangimento: condição ou possibilidade externas à organização que poderão ameaçar o cumprimento dos seus objectivos.

Os tópicos aqui identificados foram objecto de uma abordagem mais detalhada ao longo deste relatório.

### Pontos fortes

- As altas taxas de conclusão dos cursos de educação e formação;
- A valorização das aprendizagens adquiridas e das competências desenvolvidas com expressão nas taxas de inserção no mercado de trabalho e de prosseguimento de estudos.
- A diversificação da oferta educativa/formativa face às necessidades dos alunos e do meio envolvente;
- O ambiente educativo caracterizado pelas boas relações interpessoais e pelo bom comportamento cívico dos alunos;
- A motivação e empenho da comunidade escolar;
- A multiplicidade de parcerias, protocolos e projectos nacionais e internacionais com reflexos na qualidade do serviço prestado.

### Pontos fracos

- As baixas taxas de conclusão dos cursos profissionais;
- O aumento das taxas de desistência nos cursos profissionais;
- A inexistência de estratégias consistentes de acompanhamento, monitorização e observação directa da actividade lectiva em sala de aula;
- A existência de instalações/equipamentos (agro-pecuária) desadequados às actuais exigências tecnológicas com reflexos na qualidade do serviço educativo prestado;
- A reduzida eficácia das medidas de diferenciação e apoio na recuperação dos módulos em atraso.

### Oportunidades

- Face à actual crise económica e financeira, a solução de alguns problemas poderá passar pelo retorno à terra com valorização de vertentes como o Turismo em Espaço Rural, a Agricultura Biológica e a Sustentabilidade Ambiental e consequente relevância social dos cursos específicos da Escola.

### Constrangimentos

- A reversão para a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, prevista para 2025, do usufruto da propriedade em que a Escola está instalada ameaçando a sua desactivação.